



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

OG 15
fls.

PROTOCOLO SIC n. [REDACTED]

UNIDADE: SIC Central

SECRETARIA: Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 066/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, número SIC em epígrafe, solicitando informações sobre projetos desenvolvidos pela Pasta e Convênios para transferência de recursos por parte do Governo Estadual à prefeitura da cidade de Bady Bassitt.
2. A Pasta respondeu não possuir todos os dados pleiteados pelo cidadão, deixando de atender a demanda. Em instância recursal de sua competência, apresentou as informações existentes, juntando documentação anexa (fls.08/10).
3. O cidadão interpôs o presente Recurso de segunda instância, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, apenas para solicitar que o julgamento do Recurso de 1ª instância lhe fosse encaminhado por carta.
4. Instada a sanar o vício da supressão de instância, considerando a inexistência de identificação da autoridade responsável pelo julgamento do Recurso de sua alçada, a Pasta restou silente.
5. Em que pese o silêncio do órgão público demandado, o que não deve se repetir em demandas futuras, constata-se que a decisão recorrida não merece reparos. A Lei n. 12.527/2011, ao regulamentar o direito constitucional de acesso à informação, determinou a entrega imediata, mediante solicitação, das *informações disponíveis*, nos termos do artigo 11. No caso concreto, a demanda do cidadão recorrente foi atendida pelo Órgão através dos documentos encaminhados, havendo, em fase recursal, apenas solicitação de envio do julgamento do Recurso de 1ª instância por carta, o que não se coaduna com a natureza devolutiva inerente a um Recurso.
6. Não há que se falar, portanto, em negativa de acesso à informação, uma vez ter sido atendido plenamente o disposto no artigo 11 da Lei de Acesso a Informação, concedendo-se acesso a todas as informações disponíveis a respeito do assunto proposto pelo cidadão, o qual se mostrou satisfeito ao não apresentar combatividade aos documentos ofertados.
7. Primeiramente, deve-se destacar que o pedido de acesso à informação foi atendido de forma tempestiva e integral, conforme parece reconhecer o interessado, cuja



061
16

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

irresignação adstringe-se ao modo de comunicação para o atendimento da demanda.

8. A partir disso, inevitável a conclusão de que o objeto do recurso não encontra respaldo na legislação vigente. As hipóteses recursais estão previstas expressamente no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, que regulamenta a Lei nº 12.527/2011, sendo que a necessidade de envio da resposta por correspondência não se enquadra em nenhuma das situações previstas.
9. Com efeito, não é possível extrair da Lei qualquer obrigação da Administração Pública de fornecer as informações pleiteadas por correspondência, pelo contrário, não se pode olvidar que os órgãos públicos estão sujeitos aos princípios da economicidade e da eficiência, o que conduz à conclusão de ser priorizado o caminho menos dispendioso para a obtenção da finalidade almejada.
10. Assim, o envio de correspondência justificar-se-ia caso não houvesse outro meio mais célere e econômico de comunicação com o interessado. Não é o que se observa no caso em apreço, pois o cidadão interage por meio eletrônico e reconhece expressamente que obteve acesso às informações pleiteadas, inexistindo justificativa plausível, à luz da simplicidade das informações prestadas, para exigir o envio de informação por meio de carta.
11. Diante do exposto, tendo em vista que as informações solicitadas, existentes e já produzidas, foram devidamente encaminhadas pelo ente demandado através de publicação direta no Sistema de Informações ao Cidadão - SIC, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, desconsideradas as inovações e pedido de providências. Ausentes, pois, as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
12. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 21 de março de 2016.

MARIA INÊS FORNAZARO

RESP. PELO EXPEDIENTE
DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

fprm